

A distinção de Donnellan: semântica ou pragmática?

Donnellan's distinction: semantic or pragmatic?

Murilo Furtado Coura

Professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

mfcoura@uem.br

<http://lattes.cnpq.br/9738969920354695>


Resumo

Donnellan notoriamente argumentou que descrições definidas podem ser usadas de duas formas diferentes e que a teoria de Russell não reconheceu essa dualidade. Fazendo uso de alguns “*insights*” de Grice, Kripke tentou diminuir a importância da distinção de Donnellan. Para Kripke, a distinção de Donnellan é apenas um caso especial da distinção entre referência do falante e referência semântica, isto é, uma distinção pragmática (não semântica). Ambos Devitt e Reimer apresentaram um poderoso argumento contra a abordagem pragmática de Kripke à distinção de Donnellan: o argumento da convenção. Para eles, o fato de que descrições são regularmente usadas de modo referencial é uma forte evidência de que a distinção de Donnellan é convencional e que, portanto, deve pertencer à semântica. Apoiando-se no argumento da convenção, este artigo tenta mostrar que há boas razões para sustentar que a distinção de Donnellan é uma distinção semântica e que as críticas de Kripke a ela foram malsucedidas.

Palavras-chave: Descrições definidas. Keith Donnellan. Distinção de Donnellan. Argumento da convenção. Semântica. Pragmática.

Abstract

Donnellan famously argued that definite description can be used in two very different ways and that Russell's theory did not recognize this duality. Drawing on some of Grice's insights, Kripke tried to explain away Donnellan's distinction. According to Kripke, Donnellan's distinction is just a special case of the distinction between speaker's reference and semantic reference. That is to say, a distinction in pragmatics (not in semantics). Both Devitt and Reimer presented a powerful argument against Kripke's pragmatic approach to Donnellan's distinction: the argument from convention. According to them, the fact that descriptions are regularly used referentially is a strong evidence that Donnellan's distinction is a conventional one and that it should therefore belong to semantics. Based on the argument from



convention, this article tries to show that there are good reasons to maintain that Donnellan's distinction is a semantic distinction and that Kripke's criticism to it were unsuccessful.

Keywords: Definite descriptions. Keith Donnellan. Donnellan's distinction. Argument from convention. Semantics; Pragmatics.

Introdução


A teoria das descrições definidas de Russell (RUSSELL, 1998a, 1998b) é um marco importante na filosofia da linguagem contemporânea. Descrições definidas (singulares) são expressões formadas pelo artigo definido singular e, pelo menos, um substantivo (por exemplo, “o atual presidente dos EUA” e “a rainha da Inglaterra”). Em seu famoso artigo, “Da denotação” (RUSSELL, 1998b), Russell defende que descrições definidas não são *bona fide* expressões referenciais, mas sim expressões de quantificação disfarçadas. Mais precisamente, quando uma pessoa profere uma frase como, por exemplo, “O atual presidente dos EUA é republicano”, ela não está fazendo referência a Donald Trump e atribuindo a ele a propriedade de ser um republicano. Em vez disso, ela está expressando uma proposição geral sobre quem quer que seja o atual presidente dos EUA. Em termos mais técnico, se uma pessoa profere a frase “O atual presidente dos EUA é republicano”, ela está expressando a mesma proposição que “(Ex) (x é atualmente presidente dos EUA & (y) (y é atualmente presidente dos EUA \rightarrow x = y) & x é republicano). Ou seja, ele está expressando a proposição geral que há atualmente um e apenas um presidente dos EUA e ele é republicano.

Russell defende que a principal vantagem da sua teoria está em sua capacidade de resolver enigmas lógicos (“*puzzles*”). Em “Da denotação”, Russell mostra como sua teoria resolve pelo menos quatro enigmas lógicos. Por uma questão de espaço, vamos examinar apenas como a teoria lida com um deles, a saber: o enigma relacionado ao Princípio do Terceiro Excluído (PTE). O PTE afirma que frases da forma “P V \sim P” sempre serão verdadeiras. Assim, de acordo com o PTE, se uma frase for verdadeira, a sua negação será falsa e, inversamente, se uma frase for falsa, a sua negação será verdadeira. No entanto, considere os seguintes exemplos.

(1) O ganhador do Nobel de literatura em 1940 é francês.

(2) O ganhador do Nobel de literatura em 1940 não é francês.

De acordo com PTE, temos duas possibilidades: ou (1) é verdadeira e (2) é falsa ou (1) é falsa e (2) é verdadeira. O problema aqui é que, como a descrição definida “O ganhador do Nobel de literatura em 1940” é vazia (isto é, ela não é satisfeita por ninguém), ambas as frases



(1) e (2) parecem expressar proposições falsas. Ora, será que frases que contêm descrições vazias violam o PTE? E, se elas não o violam, quais são os valores de verdade das proposições expressas por (1) e por (2)?

Para Russell, o primeiro passo para solucionar o enigma do PTE é perguntar pela análise lógica de (1). A teoria de Russell nos diz que (1) terá as mesmas condições de verdade que (1*): (1*) (Ex) (x é ganhador do Nobel de literatura em 1940 & (y) (y é ganhador do Nobel de literatura em 1940 \rightarrow x = y) & x é francês)

O exame de (1*) revela que um proferimento de (1) será falso, pois ninguém ganhou um Nobel de literatura em 1940. Isso quer dizer que (2) é verdadeira? Não, necessariamente. Russell notou que (2) é ambígua, admitindo assim mais de uma interpretação. Mais precisamente, (2) poderia ser usada para expressar uma proposição na qual a descrição tem um escopo maior que o da negação. Mas (2) também poderia ser usada para expressar uma proposição na qual a negação tem um escopo maior que o da descrição. No primeiro caso, teremos a proposição (2*): Existe um e apenas um ganhador do Nobel de literatura em 1940 e é falso que ele é francês. No segundo caso, teremos a proposição (2**): É falso que: existe um e apenas um ganhador do Nobel de literatura em 1940 e ele é francês.

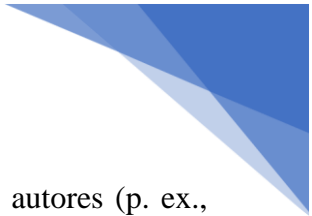
Usando a notação lógica, teremos:

(2*) (Ex) (x é ganhador do Nobel de literatura em 1940 & (y) (y é ganhador do Nobel de literatura em 1940 \rightarrow x = y) & \sim x é francês)

(2**) \sim (Ex) (x é ganhador do Nobel de literatura em 1940 & (y) (y é ganhador do Nobel de literatura em 1940 \rightarrow x = y) & x é francês)

Claramente, (2*) é falsa, pois ela afirma que alguém ganhou o Nobel de Literatura em 1940. Todavia, (2*) não é a negação de (2). A negação de (2) é (2**). E, como podemos ver, (2**) é verdadeira. Já que o PTE diz respeito a uma frase e sua negação, não haveria de fato nenhum problema com o PTE. A suposta violação do PTE surgiu, pensa Russell, porque não fomos capazes de perceber que (2) era ambígua. Ao tornar claras a forma lógica e as condições de verdade de (1) e (2), a teoria de Russell “dissolveu” o enigma lógico da aparente violação do PTE.

A teoria de Russell foi aceita por décadas como um importante “resultado” filosófico. O primeiro ataque substancial à teoria foi feito apenas em 1950, pelo filósofo P. F. Strawson. Inspirando-se em algumas ideias de Frege, Strawson (1998) defendeu que descrições definidas são genuínas expressões referenciais e que seria absurdo negar isso. Embora tenha gerado



intenso debate filosófico, as críticas de Strawson foram rebatidas por vários autores (p. ex., SELLARS, 1954, NEALE, 1990) e, por causa disso, tornaram-se pouco atraentes.

A distinção de Donnellan

Um ataque mais bem duradouro à teoria de Russell foi feito na década seguinte, pelo filósofo norte-americano Keith Donnellan. De acordo com Donnellan (1966, 1968), descrições definidas podem funcionar de duas maneiras diferentes. Elas podem ser usadas para “denotar” (num sentido russelliano) a pessoa ou o objeto que satisfaz a descrição, mas elas também podem ser usadas para fazer referência a uma pessoa ou objeto particular. Essa dualidade, argumenta Donnellan, representa uma séria dificuldade para a teoria de Russell.

Considere os seguintes exemplos.

PRIMEIRO EXEMPLO. Smith, um homem extremamente amável, é encontrado morto. Baseando-se apenas na brutalidade do crime, um detetive profere (1).

(3) O assassino de Smith é louco.

SEGUNDO EXEMPLO. Dias depois, Jones é acusado pelo assassinato de Smith. Durante o seu julgamento, ele se comporta de maneira muito estranha. Vendo aquilo, Harry, um amigo de Smith, também profere (3).

Como a teoria de Russell analisaria os proferimentos do detetive e de Harry? De acordo com a teoria, os proferimentos serão verdadeiros se, e somente se:


- a) existir no mínimo um assassino de Smith,
- b) existir no máximo um assassino de Smith e
- c) todo assassino de Smith for louco.

Conjuntamente, (a), (b) e (c) significam que tanto o proferimento do detetive, quanto de Harry serão verdadeiros se, e somente se, (d) houver um e apenas um assassino de Smith e ele for louco. Em notação lógica, teríamos:

(d) $(\exists x)(x \text{ é assassino de Smith} \ \& \ (y)(y \text{ é assassino de Smith} \rightarrow x = y) \ \& \ x \text{ é louco})$

Para Russell, ambos os proferimentos de (3) expressam a mesma proposição geral que (d). Naturalmente, se os dois proferimentos de (3) expressam a mesma proposição, então eles têm as mesmas condições de verdade que (d).

Em linhas gerais, Donnellan concordaria com a análise que Russell faria do primeiro proferimento de (3). Quando o detetive disse “O assassino de Smith é louco”, ele expressou



uma proposição geral. Ele disse que o assassino de Smith, quem quer que ele seja, é louco. Ao proferir (3), o detetive usou a descrição “o assassino de Smith” atributivamente.

No entanto, Donnellan discorda da análise que Russell faria do segundo proferimento de (3). Quando Harry disse “O assassino de Smith é louco”, ele expressou uma proposição singular. Ele disse que aquele indivíduo lá, Jones, é louco. Nas palavras de Donnellan, Harry usou a descrição apenas como “[...] uma ferramenta para fazer uma determinada tarefa: chamar a atenção para uma pessoa [...]. E, em geral, qualquer outro instrumento que desempenhe a mesma função (outra descrição ou nome) serviria tão bem quanto” (DONNELLAN, 1966, p. 285).

Se alguém perguntasse a Harry a quem ele estava se referindo, sua resposta seria a Jones. Aqui, pensa Donnellan, Harry usou a descrição definida “O assassino de Smith” referencialmente.


Antes de continuar, vale fazer um esclarecimento sobre as noções de proposição geral e proposição singular. Supondo que proposição têm estruturas, podemos dizer o seguinte. Uma proposição geral é uma proposição que não contém nenhum indivíduo. Assim, a proposição “Um grego é filósofo” é geral porque contém a propriedade de ser grego e a propriedade de ser filósofo, mas nenhum indivíduo. Uma proposição singular é uma proposição que contém, pelo menos, um indivíduo. Assim, a proposição “Aristóteles é filósofo” é singular porque contém a propriedade de ser filósofo, mas também contém um indivíduo, a saber: Aristóteles.

Para Donnellan, a melhor forma de esclarecer as diferenças entre os dois usos de descrições definidas é examinar o que acontece com (3) quando ninguém satisfaz a descrição em questão.

No primeiro exemplo, se não há um assassino de Smith, nada foi dito sobre ninguém, pois não há uma pessoa a qual possamos corretamente atribuir-lhe o predicado “é louco”. De modo geral, no uso atributivo, quando não há um F, nada é dito de algo ou de alguém ao se afirmar que “O F é G”.

Não temos essa consequência no uso referencial de descrições, pensa Donnellan. No uso referencial, mesmo que não haja um assassino, ainda é possível afirmar algo sobre alguém. E, mais importante, é possível afirmar algo verdadeiro sobre alguém.

Quando Harry proferiu (3), ele estava falando sobre certa pessoa: Jones. E se Jones era louco, então Harry, ao proferir (3), disse algo verdadeiro sobre ele. No uso referencial, a descrição “o F” pode fazer referência a algo ou a alguém que não seja de fato F. Como escreve



Donnellan: “[...] é perfeitamente possível que a correta identificação seja feita mesmo que ninguém se encaixe na descrição que usamos” (DONNELLAN, 1966, p. 286).

Desse modo, quando a descrição “o assassino de Smith” é usada referencialmente, a proposição expressa pela frase “O assassino de Smith é louco” pode ser verdadeira, mesmo quando Smith não foi assassinado. Portanto, dependendo do uso que for feito da descrição definida, frases da forma “O F é G” possuem diferentes condições de verdade. Assim, para Donnellan, frases que contêm descrições definidas são ambíguas. Elas podem ser usadas para expressar proposições gerais (à la Russell), mas também podem ser usadas para expressar proposições singulares sobre quem/aquilo que o falante tem em mente.

Segundo Donnellan, não podemos nos perguntar como uma descrição definida funciona desconsiderando a ocasião particular do seu emprego. Fora de um contexto e independente das intenções do falante, não podemos saber de que forma uma descrição está sendo empregada. Russell não atentou para esses fatores e, por isso, sua teoria não foi capaz de reconhecer o uso referencial de descrições definidas.

A abordagem pragmática


Apesar de influente, a distinção de Donnellan gerou controvérsia. Um filósofo que encarou a distinção com suspeita foi Saul Kripke. Em linhas gerais, Kripke (1998) argumentou que as considerações de Donnellan, por si mesmas, não bastam para refutar a teoria de Russell. Além disso, Kripke defendeu que há uma série de razões metodológicas para se preferir a teoria unitária de Russell à teoria da ambiguidade de Donnellan.

Apoiando-se em Grice (1991), Kripke distingue entre o que uma frase significa e o que o falante quer dizer ao usar essa frase. Considere o exemplo (4).

(4) A polícia está na esquina!

Imagine que a frase (4) foi proferida por um assaltante, durante o roubo de um banco. O que o assaltante disse ao proferir (4)? A resposta é simples. Ele disse que os policiais estavam na esquina. Contudo, o que ele queria dizer (“meant”) naquela ocasião? Ora, o que ele queria dizer era algo diferente, a saber: que o assaltante e seus cúmplices deveriam fugir. Assim, embora o assaltante tenha dito (literalmente) que a polícia estava na esquina, o que ele queria dizer a seus cúmplices era algo como “Vamos fugir!” Note que “Vamos fugir!” não faz parte do significado literal de (4), nem mesmo naquela ocasião de uso.

Considere agora a frase (5).



(5) Jones é um grande amigo.

Imagine que você detesta Jones e que uma pessoa pergunta o que você acha dele. Em tom irônico, você profere (5). Nesse caso, o que foi dito é literalmente falso. Não é verdade que Jones seja um grande amigo seu. No entanto, aquilo que você quis dizer é verdadeiro ("Eu detesto Jones"). Você disse algo literalmente falso, mas comunicou algo verdadeiro.

O fenômeno em questão é muito comum. Frequentemente, dizemos uma coisa e comunicamos outra diferente. Note que aquilo que comunicamos depende não apenas do significado convencional das palavras que usamos, mas da ocasião do proferimento e, em particular, das intenções dos falantes em cada ocasião de uso.

O que os exemplos (4) e (5) têm em comum? Primeiro, cada um deles nos remete à distinção entre aquilo que é dito (literalmente) e aquilo que não é dito, mas é comunicado pelo proferimento do falante. Segundo, seria um erro tentar explicá-los como fenômenos semânticos. Não se trata do que as palavras querem dizer literalmente, mas da forma como usamos as palavras. Numa palavra, os dois exemplos ilustram fenômenos pragmáticos.


Por fim, considere o seguinte diálogo. Ele se passa entre duas pessoas, A e B, que veem Smith de longe e confundem-no com Jones.

A: O que Jones está fazendo?

B: Limpando o gramado.

No diálogo acima, parece razoável afirmar que os dois participantes fizeram referência a Smith (e não a Jones) e que se Smith estava limpando o gramado, então "B" disse algo verdadeiro sobre Smith (independentemente do que Jones fazia na ocasião). No entanto, sabemos que em português (ou em inglês) "Jones" designa Jones e não Smith. Isso quer dizer que o nome "Jones" é ambíguo?

Como casos particulares da distinção griciana (GRICE, 1991) entre o que é dito e o que é implicado conversacionalmente, Kripke introduz as noções de referência do falante e referência semântica: "[...] **a referência** do falante de um designador é aquele objeto ao qual o falante deseja fazer referência numa determinada ocasião e que ele acredita que satisfaz às condições para ser a referência semântica do designador (KRIPKE, 1998, p. 237-238, grifos do autor). A distinção entre referência semântica e referência do falante pode explicar o caso Smith-Jones? Sim. Embora a referência semântica de "Jones" seja Jones; naquela ocasião, a referência do falante ao usar "Jones" não era Jones, mas sim Smith. Assim, temos um caso no qual a referência semântica de uma expressão e a referência do falante ao usar essa expressão



são diferentes. No diálogo, a referência a Smith é um fenômeno pragmático. Semanticamente, Smith não faz parte do diálogo.

Portanto, aquilo que o falante disse foi: “Jones está limpando o gramado”. Entretanto, aquilo que ele comunicou foi: “Smith está limpando o gramado”. E, nesse caso, aquilo que o falante disse e aquilo que ele comunicou têm condições de verdade diferentes. O que ele disse será verdadeiro apenas se Jones estivesse limpando o gramado. Por outro lado, o que ele comunicou será verdadeiro apenas se Smith estivesse limpando o gramado.

O fenômeno acima pode ser explicado sem a afirmação de que nomes próprios são ambíguos. Ele é simplesmente um caso em que há uma discordância entre a referência semântica de um nome e a referência do falante ao utilizar esse nome.


Para Kripke, o uso referencial descrito por Donnellan é simplesmente um caso particular da distinção entre referência semântica e referência do falante, aplicado ao caso de descrições definidas. Não precisamos postular nenhuma ambiguidade a fim de explicá-los. Assim, a distinção de Donnellan entre usos referencial e atributivo de descrições não teria nenhuma relevância semântica. Segundo Kripke, Donnellan confundiu as dimensões semântica e pragmática da linguagem. Ele não foi capaz de separar aquilo que é (literalmente) dito daquilo que é comunicado e, desse modo, tomou fatos pragmáticos por fatos semânticos.

Vejamos como a distinção entre referência semântica e referência do falante pode esclarecer os exemplos de Donnellan. Considere novamente (3).

(3) O assassino de Smith é louco.

O uso atributivo de (3) não é controverso para Kripke nem para Donnellan. Ambos concordam que, no uso atributivo, a descrição está (em linhas gerais) de acordo com a teoria de Russell. Rigorosamente falando, não há em (3) referência semântica nem referência do falante no uso atributivo de (3) e aquilo que o falante disse e aquilo que ele quis dizer coincidem, a saber: quem quer que tenha (unicamente) assassinado Smith é louco.

Entretanto, no uso referencial, há uma diferença entre o que o falante disse (literalmente) e o que ele comunicou. No uso referencial de (3), o que o falante disse foi algo geral, mas o que ele comunicou foi algo particular. Mais precisamente, a proposição que ele expressou foi “Existe uma e só uma pessoa que assassinou Smith e ela é louca”. No entanto, a proposição que ele comunicou foi “Aquele indivíduo ali, Jones, é louco”.



Observe também que, segundo Kripke, as condições de verdade de cada proferimento de (3) são sempre as mesmas. Se não há um assassino de Smith, o que o falante disse é (literalmente) falso nos dois casos. Estritamente falando, em nenhum dos dois casos há uma referência semântica associada à descrição. Nada impede, todavia, que haja uma referência do falante associada a uma descrição definida no uso referencial. Quando a descrição “o assassino de Smith” foi usada referencialmente, a referência do falante era Jones. A referência do falante não é determinada semanticamente. Ela é o resultado de mecanismos pragmáticos.

Outro problema com a distinção entre os usos referencial e atributivo de descrições é sua generalidade. Se Kripke está certo, a distinção é geral: ela não se restringe apenas a descrições definidas. Não apenas nomes próprios e descrições definidas, mas também expressões de quantificação podem ser usadas ora de modo atributivo ora de modo referencial. De acordo com Kripke: “Quando um falante profere uma quantificação existencial, $(\exists x) (\Phi x \wedge \Psi x)$, pode ser evidente que coisa ele tem em mente satisfaz ‘ Φx ’ e ele pode desejar comunicar aos seus ouvintes que aquela coisa satisfaz ‘ Ψx ’ (KRIPKE, 1998, p. 241).

Considere as seguintes situações (adaptadas de LARSON; SEGAL, 1995, p. 342-343).

PRIMEIRA SITUAÇÃO. Suponha que um marido e sua esposa estão visitando o zoológico da cidade. Ao perceber a quantidade de sujeira no chão, ele profere (6).


(6) Algumas pessoas não têm educação.

SEGUNDA SITUAÇÃO. Na semana seguinte, o marido está na fila do check-in no aeroporto quando um velho “amigo” de escola, Jones, entra na sua frente. Indignado com a atitude de Jones, ele profere (6).

É notável a semelhança entre os exemplos acima e os de Donnellan. Na primeira situação, teríamos um uso atributivo da expressão “algumas pessoas”. Na segunda, teríamos um uso referencial.

Segue-se daí que a expressão “algumas pessoas” é ambígua (no sentido proposto por Donnellan)? Certamente, não. Podemos explicar os dois usos do quantificador existencial de maneira mais simples e intuitiva. E tudo o que precisamos já está à nossa disposição. No zoológico, o que o marido disse e o que ele comunicou coincidiram. Ele disse algo geral e comunicou algo igualmente geral (“Há pessoas que não têm educação”). Não há referência do falante nem referência semântica.

No aeroporto, entretanto, não há uma coincidência entre o que Smith disse e o que ele comunicou. Literalmente, o marido disse algo geral (“Há pessoas que não têm educação”), mas,



ao proferir (6), ele conseguiu comunicar algo particular sobre Jones. Não há uma referência semântica nesse caso, mas há uma referência do falante (Jones).

Do ponto de vista semântico, os dois proferimentos de (6) são idênticos e possuem, portanto, as mesmas condições de verdade. A diferença entre os dois proferimentos, portanto, deve ser explicada em termos não semânticos.

Aparentemente, chegamos a um impasse. Temos duas hipóteses rivais que explicam (ou acomodam) os mesmos fatos linguísticos. A abordagem pragmática explica o uso referencial de descrições como um fenômeno pragmático, como um caso de referência do falante. A teoria de Donnellan explica o uso referencial de descrições como um fenômeno semântico, como uma forma de ambiguidade de descrições definidas.


Antes de prosseguir, devemos notar que o próprio Donnellan tinha dúvidas a respeito da natureza da distinção. Ele escreve:

A estrutura gramatical da frase [“O assassino de Smith é louco”] me parece ser a mesma tanto no uso atributivo quanto no uso referencial, isto é, ela não é sintaticamente ambígua. Tampouco parece atraente supor que há uma ambiguidade no significado das palavras, ela não parece ser semanticamente ambígua. Talvez possamos dizer que a frase é pragmaticamente ambígua: a distinção entre papéis que a descrição desempenha é uma função das intenções do falante. Essas, claro, são intuições. Não tenho um argumento para essas conclusões (DONNELLAN, 1966, p. 297).

A passagem parece revelar certa incoerência nas ideias de Donnellan. Kripke coloca o problema da seguinte forma:

Donnellan sugere que não ambiguidade semântica nem sintática na afirmação “O marido dela é gentil com ela”. Ele também sugere que Russell pode muito bem ter dado uma análise correta do uso atributivo, mas não do uso referencial. Com certeza, isso não é coerente. Não são “usos” [...], mas *sentidos* que podem ser analisados. Se uma frase *não* é semanticamente (nem sintaticamente) ambígua, ela tem apenas *uma* análise. Dizer que ela tem duas análises distintas é atribuir ambiguidade semântica ou sintática a ela (KRIPKE, 1998 p. 235, itálicos no original).

Em outras palavras, se a distinção de Donnellan fosse basicamente uma distinção entre “usos” de descrições definidas, ela não colocaria nenhuma dificuldade à teoria de Russell. Como sabemos, a teoria de Russell é uma teoria sobre o “significado” de descrições definidas, ou seja, sobre as condições de verdade de (proferimentos) de frases da forma “O F é G”. Se a teoria de Donnellan fosse vista com uma teoria sobre a pragmática de descrições definidas, ela não iria de encontro à teoria Russell, ou seja, não haveria nenhum conflito entre as ideias de Russell e as de Donnellan.



Portanto, assumiremos que Donnellan está postulando uma ambiguidade semântica de descrições definidas. Essa parece ser a interpretação mais caridosa de suas ideias. Por fim, vale ressaltar que a própria inteligibilidade da noção “ambiguidade pragmática” foi questionada por, pelo menos, um autor (cf. SEARLE, 1979).

Considerações metodológicas, porém, podem nos ajudar a resolver o impasse, pois, de acordo com Kripke, há várias considerações metodológicas que favorecem a abordagem pragmática do uso referencial de descrições. As duas mais importantes são as seguintes: a explicação unitária de descrições definidas é 1) mais simples e 2) mais geral que a explicação da ambiguidade de Donnellan.


Grice introduz um importante princípio metodológico chamado de “Navalha de Occam Modificada”. Basicamente, ele é uma versão semântica da máxima medieval segundo a qual é inútil fazer com mais o que se pode fazer com menos. O princípio estabelece que “[...] os sentidos [= os significados] não devem ser multiplicados além do que for necessário” (GRICE, 1991, p. 47).

Kripke está plenamente de acordo com esse princípio. Não se deve defender a existência de ambiguidades a não ser que haja fortes motivações teóricas e intuitivas. Para ele, agir de outra maneira é uma forma de desonestidade filosófica. Ele escreve: “Afirmar a existência de ambiguidades, quando em dificuldade, é típico de uma abordagem preguiçosa em filosofia” (KRIPKE, 1998, p. 243).

Para Kripke, a distinção de Donnellan violaria o princípio da Navalha de Occam Modificada. Tudo aquilo que pode ser explicado com a distinção de Donnellan poderia ser explicado sem ela, alega Kripke. O uso referencial pode ser sempre entendido, pensa Kripke, em termos de referência do falante. Desse modo, a distinção de Donnellan é “[...] algo completamente desnecessário: se ela [a distinção de Donnellan] não existisse, seríamos capazes de explicar tudo o que desejamos explicar da mesma maneira. (KRIPKE, 1998, p. 245)

Além disso, a distinção entre referência semântica e referência do falante é necessária de qualquer modo para explicar o caso Smith-Jones. Como vimos, o fato de Smith poder ser a referência de alguém que emprega o nome “Jones” não pode ser explicado por meio da distinção entre usos referencial e atributivo e, muito menos, como um caso envolvendo ambiguidade de nomes próprios.

Outra razão metodológica para se preferir a abordagem pragmática do uso referencial de descrições está relacionada a questões de generalidade. A abordagem pragmática seria mais



geral, isto é, teria maior poder explicativo do que a teoria de Donnellan. Além de explicar os mesmos fenômenos, a abordagem pragmática seria capaz de explicar outros fenômenos linguísticos (p. ex., nomes próprios e expressões de quantificação), algo que a teoria de Donnellan não conseguiria fazer.

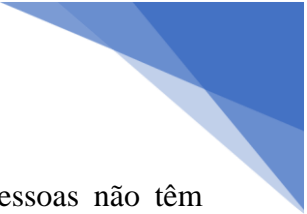
Assim, podemos dizer que a explicação unitária de Russell é mais plausível do que a explicação da ambiguidade de Donnellan e que isso constitui uma razão metodológica para preferi-la. A teoria de Russell é, antes de mais nada, uma teoria semântica sobre o significado de frases que contêm descrições. Ela afirma que descrições não são expressões referenciais e que, portanto, não possuem um significado referencial.

No melhor caso possível, pensa Kripke, os exemplos de Donnellan mostram apenas que expressões não referenciais podem, por meio de mecanismos pragmáticos fazer referência a pessoas ou objetos particulares. Os exemplos de Donnellan não mostram que descrições definidas também possuem um significado referencial. Ao afirmar que o uso referencial de descrições definidas choca-se com a teoria de Russell, Donnellan teria simplesmente confundido a dimensão pragmática (uso) com a dimensão semântica (significado, condições de verdade) da linguagem.

O argumento da convenção

Os argumentos de Kripke não foram aceitos por todos. Ambos Michael Devitt (2004) e Marga Reimer (1998) problematizaram a abordagem pragmática de Kripke. Ambos os autores apresentaram um novo e interessante argumento em favor da relevância semântica da distinção de Donnellan. De acordo com Devitt e Reimer, ninguém duvidaria que o uso referencial de descrições é bastante comum e que, de fato, descrições são regularmente usadas para comunicar proposições singulares. Essa regularidade, eles pensam, é uma forte indicação de que descrições possuem significados referenciais (e não somente usos referenciais) e que tais significados são tão convencionais quanto o significado atributivo. O uso referencial de descrições é convencional e deve, portanto, ser interpretado em termos semânticos. Esse argumento ficou conhecido na literatura como “argumento da convenção” (NEALE, 2004).

Esses autores ressaltam que o uso referencial de descrições é bastante diferente do uso referencial de outros quantificadores. No caso de outros quantificadores, não há nenhuma regularidade em usá-los para expressar pensamentos singulares. É verdade que, em casos excepcionais, quantificadores podem ser usados para comunicar pensamentos particulares.



Numa certa ocasião, alguém pode, por exemplo, usar a frase "Algumas pessoas não têm educação" para expressar a proposição singular que uma pessoa, digamos, Jones, não tem educação. O problema, nota Devitt, é que praticamente qualquer expressão pode ser usada para expressar qualquer pensamento (num contexto conversacional apropriado).

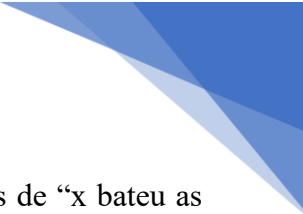
Como vimos, a estratégia de Kripke (1998) consiste em defender que diferentes proferimentos de "O assassino de Smith é louco" expressam a mesma proposição geral, mas que tais proferimentos também podem ser usados para comunicar proposições singulares. Não haveria nenhuma duplicidade de significado. Além disso, apoiando-se na Navalha de Occam Modificada, ele argumenta que se um determinado fenômeno linguístico pode ser explicado pragmaticamente, não há razão para tratá-lo como um fenômeno semântico.

Devitt e Reimer, entretanto, pensam que há algo de fundamentalmente errado com essa abordagem. Para mostrar que descrições não têm significados referenciais, não basta mostrar que os usos referenciais podem ser explicados pragmaticamente. É preciso mostrar que eles devem ser explicados pragmaticamente. E isso, eles argumentam, é algo que Kripke não fez.

Considere um proferimento de "Você é um gorila". É natural pensar que alguém que usa essa frase deve estar usando-a metaforicamente. Grice caracteriza usos metafóricos como aqueles nos quais o falante expressa uma proposição literalmente falsa, mas é também capaz de comunicar uma proposição verdadeira. Mais precisamente, usos metafóricos são casos de implicaturas conversacionais em que a primeira máxima da qualidade ("Não diga aquilo que você acredita ser falso") é violada.

Imagine a seguinte situação. B bruscamente esbarra em C, derrubando-o. Porém, em vez de se desculpar, B comporta-se como se nada tivesse acontecido. Encolerizado pela atitude de B, C profere: "Você é um gorila".

Não há dúvida que C não quis comunicar a proposição que B é (literalmente) um gorila. Logo, deve haver outra proposição que ele quis comunicar ao se referir a B e proferir "Você é um gorila". A teoria de Grice explicaria a implicação do proferimento de C da seguinte forma. É óbvio para B que C disse algo falso. Porém, supondo que C não abandonou o princípio da cooperação, B assume que deve haver algo que C quis comunicar e que é diferente daquilo que C disse. Além disso, é natural para B pensar que deve haver alguma relação entre aquilo que C disse e aquilo que ele quis comunicar. Dessa forma, deve haver alguma semelhança (ou característica comum) entre o seu comportamento e o comportamento de um gorila. Como gorilas são vistos como criaturas brutas, C infere que B quis dizer que ele é uma pessoa bruta.



Considere agora a expressão “bater as botas”. Em geral, proferimentos de “x bateu as botas” não são usados de forma literal, ou seja, eles não são usados para comunicar a proposição “que x bateu as botas”, mas a proposição “que x morreu”.

Expressões como “x é um gorila” e “x bateu as botas” são geralmente usadas de forma não literal. Entretanto, há uma diferença importante entre elas. “Bater as botas” é uma expressão idiomática, mas “ser um gorila” não é.

Isso significa que, quando o falante diz “Jones bateu as botas” o ouvinte pode, em princípio, apreender imediatamente o que o falante quis dizer, mas quando ele ouve “Jones é um gorila” essa apreensão não é imediata. Para inferir o que o falante quis dizer, o ouvinte depende dos detalhes do contexto do proferimento.


Quando uma pessoa usa uma expressão idiomática, podemos saber o que ela quis dizer recorrendo a um dicionário. A situação é mais complicada no caso de metáforas. Alguns “significados” metafóricos podem ser encontrados num dicionário, mas há outros que não podem (imagine um uso de “Ah! Você é um verdadeiro gorila!” para comunicar que uma pessoa é muito forte e ágil). Portanto, podemos dizer que o uso de expressões idiomáticas é convencional, mas que o uso metafórico de certas expressões não é, em princípio, convencional.

Nada impede, entretanto, que uma expressão que é atualmente usada de forma metafórica, torne-se futuramente uma expressão idiomática. Certamente, muitas expressões idiomáticas que usamos hoje foram, no passado, usadas de forma metafórica. Em outras palavras, uma metáfora pode “morrer” e tornar-se uma expressão idiomática (“*dead metaphor*”, em inglês).

Dadas essas distinções, Reimer apresenta a seguinte “*reductio ad absurdum*” da abordagem pragmática do uso referencial (REIMER, 1998). Atualmente, o verbo “*to incense*” tem dois significados em inglês: 1) perfumar com incenso e 2) exasperar, encolerizar. Reimer sugere que o segundo significado foi, em algum momento, metafórico. Com o passar do tempo, todavia, esse uso tornou-se convencional.

Imagine alguém que defende que o verbo “*to incense*” significa apenas perfumar com incenso, mas ele pode ser usado para comunicar algo sobre os estados emocionais de alguém. Esse uso, entretanto, pode (e, portanto, deve) ser explicado em termos pragmáticos. Portanto, “*to incense*” não significa exasperar, encolerizar.

Para defender tal posição, alguém poderia propor um teste similar ao proposto por Kripke (1998). Imagine uma língua tão parecida com o inglês quanto possível, exceto por um



ponto: nela, o verbo “*to incense*” significa apenas perfumar com incenso. Será que, nessa língua, os falantes teriam alguma dificuldade de inferir que, em alguns casos, o falante está falando sobre os estados psicológicos de alguém? Provavelmente, não.

Nessa língua, um proferimento de, por exemplo, “*The lawyer incensed Jones by making insulting remarks*” seria naturalmente entendido como “O advogado enfureceu Jones” e não como “O advogado perfumou Jones com um incenso”. Provavelmente, os falantes desse inglês hipotético poderiam identificar (empregando mecanismos pragmáticos) aquilo que o falante quis dizer. Ora, de acordo com a Navalha de Occam Modificada, não devemos multiplicar significados desnecessariamente. Logo, se podemos explicar pragmaticamente o uso da palavra “*to incense*” para “significar” enfurecer, não devemos postular um significado adicional a ela.

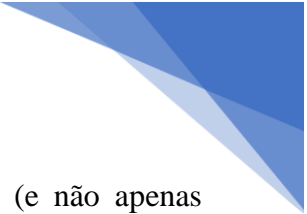
A conclusão de Reimer é que há vários problemas com o argumento acima, pois não há dúvida que “*to incense*” também significa exasperar, encolerizar. E o mesmo pode ser dito da explicação pragmática do uso referencial.

Um dos problemas com a abordagem pragmática, nota Reimer, é que tudo que ela mostra é que podemos explicar pragmaticamente o uso de “*to incense*” para significar (“*to mean*”) exasperar. Ela não mostra que devemos explicar o uso em questão pragmaticamente. Entretanto, uma abordagem apropriada de um fenômeno linguístico não deveria apenas dizer como poderíamos explicar o fenômeno, mas sim como deveríamos fazê-lo.

Além disso, o exemplo ignora o fato de que “*to incense*” é regularmente usado para significar enfurecer. Essa regularidade, pensa Reimer, é importante, pois ela é um forte indício de que enfurecer faz parte do significado convencional de “*to incense*”. Os dois significados de “*to incense*” são apreendidos pelos falantes sem qualquer tipo de inferência (pragmática).

Basicamente, o que foi dito para o caso do verbo “*to incense*”, pensa Reimer, vale para o artigo definido. Kripke mostrou apenas que o uso referencial de descrições poderia ser explicado pragmaticamente. Ele não mostrou que há boas razões para fazer isso (exceto razões metodológicas). Além disso, ele simplesmente ignorou o fato de que descrições são usadas regularmente para expressar proposições singulares e que isso é uma evidência de que o uso referencial é acompanhado de um significado referencial. Portanto, conclui Reimer, descrições definidas são ambíguas. Elas têm dois usos convencionais da mesma forma que o verbo “*to incense*” tem.

O argumento da convenção é um argumento poderoso contra a abordagem pragmática de Kripke. Ele mostra que há uma conexão fundamental entre o uso regular de uma expressão



e o seu uso convencional. Ele mostra também que há razões substanciais (e não apenas metodológicas) para defender o caráter semântico do uso referencial.

Conclusão

A conclusão deste artigo é modesta: há boas razões para se pensar que a distinção de Donnellan é semanticamente relevante, ou seja: que, no uso referencial, frases da forma “O F é G” possuem condições de verdade distintas daquelas que Russell imaginava. Quando usada referencialmente, a frase “o assassino de Smith é louco” só poderá ser verdadeira se a pessoa que o falante tiver em mente for louca. Isso não acontece no uso atributivo. No uso atributivo, a frase “O assassino de Smith é louco” pode ser verdadeira mesmo que o falante não tenha ninguém em mente. O argumento da convenção de Devitt e Reimer dá-nos boas razões para supor que o uso referencial de descrições definidas é diferente do uso referencial de outras expressões. Descrições definidas são regularmente usadas de forma referencial. Essa regularidade é um forte indício da natureza semântica do uso referencial.

Infelizmente, este artigo deixou de examinar a literatura mais recente sobre a distinção de Donnellan. A fim de reparar (pelo menos em parte) essa limitação, vale mencionar os seguintes textos: Almog (2014), Amaral (2008) e Penco (2019). Todos representam contribuições significativas ao entendimento de descrições definidas. Vale também mencionar Bach (2007). Este artigo é uma importante defesa da teoria russeliana de descrições definidas, contra as ideias de Devitt e Reimer.


Referências

ALMOG, J. *Referential mechanics: direct reference and the foundations of semantics*. Oxford: OUP, 2014.

AMARAL, F. S. Definite descriptions are ambiguous. *Analysis*, v. 68, n. 4, p. 288-217, 2008.

BACH Kent. *Referentially used descriptions: a reply to Devitt*. *European Journal of Analytic Philosophy*, v. 3, n. 2, p. 33-48, 2007.

DEVITT, Michael. The Case for Referential Descriptions. In: REIMER, Marga Reimer; Bezuidenhout, Anne (eds.). *Descriptions and Beyond*. Oxford: OUP, 2004, p. 280-305.



DONNELLAN, Keith S. Putting Humpty Dumpty together again. *The Philosophical Review*, v. 77, n. 2, p. 203-215, abr. 1968.

_____. Reference and definite descriptions. *The Philosophical Review*, v. 75, n. 3, p. 281-304, Jul. 1966.

GRICE, H. P. *Studies in the ways of words*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1991.

KRIPKE, Saul. Speaker's reference and semantic reference. In: OSTERTAG, Gary. (ed.). *Definite descriptions: a reader*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1998, p. 225-256.

LARSON, Richard; SEGAL, Gabriel. *Knowledge of meaning: an introduction to semantic theory*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1995.

NEALE, Stephen. *Descriptions*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1990.

_____. This, that and the other. In: REIMER, Marga Reimer; Bezuidenhout, Anne (eds.). *Descriptions and Beyond*. Oxford: OUP, 2004, p. 68-182.

PENCO, C. *Ambiguidade pragmática e o diálogo de Kripke contra Donnellan*. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 19, n. 1, p. 103-134, 2019.

REIMER, Marga. *Donnellan's distinction/Kripke's test*. *Analysis*, v. 58, n. 2, p. 89-100, abr. 1998.

RUSSELL, Bertrand. Descriptions. In: OSTERTAG, Gary. (ed.). *Definite descriptions: a reader*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1998a, p. 35-49.

_____. On denoting. In: OSTERTAG, Gary. (ed.). *Definite descriptions: a reader*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1998b, p. 67-77.

SEARLE, John R. *Referential and attributive*. In: *Expression and meaning*. Cambridge: CUP, 1979, p. 137-161.

SELLARS, Wilfrid. *Presupposing*. *The Philosophical Review*, v. 63, n. 2, p. 197-215, abr. 1954.

STRAWSON, P. F. On referring. In: OSTERTAG, Gary. (ed.). *Definite descriptions: a reader*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1998, p. 135-160.

Recebido: 22-04-2020

Aceito: 22-03-2021